

Opinião ao Turista, D.O.M.PSA

Secretaria Regional do Turismo e Cultura da RAM, Direcção Regional do Turismo com colaboração Observatório do Turismo, Estatísticas do Turismo 2002

Secretaria Regional do Turismo e Cultura da RAM, Direcção Regional do Turismo, Estatísticas do Turismo 2003

Secretaria Regional do Turismo, Direcção Regional do Turismo da RAM, Estatísticas 2004

D.R.T.M, Estudo sobre o Gasto Turístico Na Madeira, synovate Portugal, Dezembro 2003/Janeiro 2004

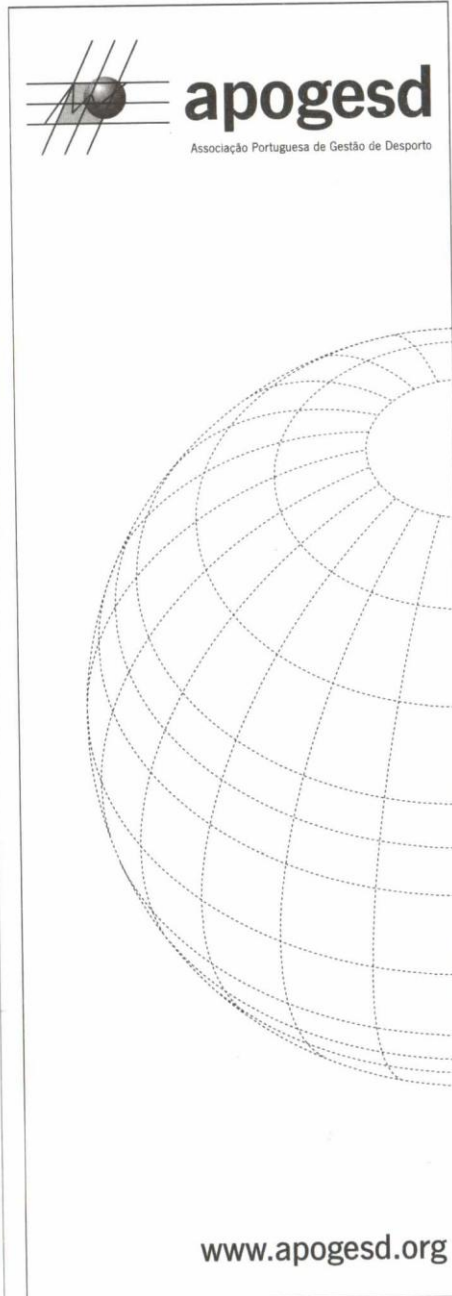
Imagem da Madeira enquanto Destino Turístico-Executive Brief, GConsulting, Janeiro de 2005

Weed, Mike (2003) Why the two won't tango! Explaining the lack of Integrated Policies for Sport and Tourism in the UK, *Journal of Sport Management*, vol17, n°3, p. 258-283, Julho, Editora Human Kinetics

Tenth International Conference on Radiation Shielding 9-14 May 2004 Funchal, Madeira Island (Portugal, <http://www.itn.mces.pt/ICRS-RPS/index.html>, 03-06-2004, consultado a 3 de Agosto de 2005

<http://www.madeiraarchipelago.com/map/madeira-island.html>, consultado a 6 de Agosto de 2005

<http://www.recipeland.com/encyclopaedia/index.php/Madeira>, consultado a 3 de Agosto de 2005



apogesd
Associação Portuguesa de Gestão de Desporto

www.apogesd.org

A Comunidade Desportiva Intencional como Objecto de Investigação e Desenvolvimento da Gestão do Desporto

{ **Abel A. Figueiredo** }
{ Escola Superior de Educação de Viseu }
{ abel.figueiredo@esev.ipv.pt }

Só o contingente é o universal [...]
(M. SÉRGIO, 2004, p. 48)

1. Introdução

A maior parte das interrogações actuais nas ciências humanas respeitam “a questão das origens e dos fundamentos” (BRAUNSTEIN e PÉPIN, 1999, p. 18). Por isso, questionar as origens e os fundamentos da Gestão do Desporto é procurar a construção de modelos de gestão mais adequados aos novos espaços institucionais que, conosco, emergem “aqui e agora”. No domínio de estudo que é o desporto, existem possibilidades para o *desenvolvimento organizacional* como enfoque e, mais especificamente, para a *análise institucional* da esfera *tecnologia* (PIRES, 2003, pp. 13; 45; actualizado: 2005, pp. 27; 119). Foi nesta perspectiva que desenvolvemos, nos nossos últimos estudos (FIGUEIREDO, 2006), um modelo de análise institucional denominado mesoscópio. Esta dimensão institucional no conceito operacional de desporto (PIRES, 1988, 2003, 2005), situa as normas, valores e símbolos de uma organização de pessoas,

numa entidade que denominámos como *comunidade intencional*. Não se trata, por si só, de olhar a entidade jurídica, administrativa ou outra. Trata-se de situar uma identidade própria para fins de prática desportiva. O conceito de instituição passa a ser explorado numa perspectiva fenomenológica onde se “salienta o modo como os indivíduos criam ou adaptam as instituições”, integrando, interpretando e superando, quando possível, a perspectiva funcionalista que “tem visto as instituições como respostas às necessidades dos indivíduos ou das sociedades”¹. Neste artigo procuramos apresentar algumas das conclusões fruto da investigação efectuada, relativamente aos fundamentos adequados ao enquadramento do objecto de estudo da gestão do desporto, em coerência com o modelo matricial desenvolvido pelo autor onde a motricidade humana surge, por um lado, como objecto de estudo de um conjunto de ciências (ciências da motricidade), e por outro, como um objecto de estudo e desenvolvimento em contextos próprios como a educação física escolar, o desporto ou

outros. Assim, se no contexto do desporto, as ciências emergem como ciências de estudo do contexto: ciências do desporto. Desta forma, pretende o autor demonstrar o robustecimento do modelo original, notando que a gestão do desporto assume relevância no estudo da dimensão institucional do Desporto que, em coerência com a característica de intencionalidade operante no conceito de motricidade humana, foca a perspectiva social de intencionalidade institucional como um dos objectos de estudo da gestão do desporto, sendo mesmo proposto como o objecto de estudo matricial desta área científica do contexto desporto.

2. O Contexto Desporto

2.1. Como Facto Social

Se o Desporto é um *Facto Social* (DURKHEIM, 1895), é também um *Fenómeno Social Total* (MAUSS, 1950; GURVICH, 1968) explicável e compreensível à luz da ciência.

Como facto social, encerra um conjunto de “maneiras de agir, pensar e de sentir” (DURKHEIM, 1895, p. 30) que, com “uma existência própria, independente das suas manifestações individuais”, exercem “uma coerção exterior sobre o indivíduo” (*ibidem*, p. 39), seja ele agente desportivo directo ou não. Os grupos ou organizações no desporto são entidades identificáveis, com uma existência própria, para além dos indivíduos que as integram.

Se DURKHEIM considerou a realidade social como uma realidade específica e irreduzível a qualquer outra, MAUSS desenvolve a ideia de que “os factos sociais são fenómenos totais, cujos dife-

rentes aspectos perdem o seu sentido logo que os isolamos”, negando assim a “nefasta teoria do ‘factor predominante’” (GURVITCH, 1968, p. 72). As teorias unilaterais ou as teorias dos factores predominantes consistem em se escolher, entre as causas ou os motivos de fenómenos sociais, um que se promova à categoria de causa universal.

O grupo, a equipa, o clube, a associação, a federação, a confederação, enfim, a instituição identificável num desporto organizado, dá, por um lado, sentido completo ao Desporto como fenómeno social total, mas necessita, por outro lado, de ser estudada nos limites da sua totalidade: como modalidades desportivas concretas. É dos grupos de praticantes e competidores de cada uma as múltiplas modalidades que as instituições surgem e se desenvolvem. A política desportiva mais ligada ao Estado olha para a diversidade e encontra o factor predominante, de forma a poder melhor gerir essa diversidade, criando estruturas “macro” de gestão do Desporto. O próprio Desporto complexifica-se epistemicamente na sociedade em que se desenvolve. Nesse sentido, como toda a cultura refere parcialmente o mundo do Homem, a interpretação dos modelos próprios de diferentes culturas ajuda-nos a encontrar modelos mais adequados para o humano hodierno: trans-cultural; trans-parcial. Se hoje o Desporto dá lições à liderança no mundo dos negócios como uma rica metáfora de exame (WESTERBEEK, 2005), sem dúvida que a sua globalização não deixa de ter em conta a sua natureza cultural essencial (*idem*, 2003). E é também nessa característica que a globalização toma sentido: as

diferentes culturas de partida têm uma intencionalidade comunicacional no mesmo espaço hoje cada vez mais global. Foi o elogio da “natureza anti-neutral da Educação Física e do Desporto” que se tornou “a essência das problematizações actuais nestes domínios de actividade e, pelo seu enquadramento epistémico, também na cultura contemporânea onde se inclui a concepção científica moderna emergente dos séculos XVII e XVIII, consolidada com o positivismo do século XIX” (FIGUEIREDO, 1996, p. 58).

2.2. A Matriz da Motricidade Humana

Manuel SÉRGIO (1986, p. 12; 1987), sempre atento ao tempo em que vive, identifica a Motricidade Humana nesse movimento integrador do indivíduo em sociedade. Gustavo PIRES (2003, p. 50; 2005, p. 125), fundamenta com aquela identificação de Manuel SÉRGIO as suas componentes do projecto relativas ao Desporto, dentro do modelo pentadimensional de geometria variável que, a seu tempo, identificou (PIRES, 1988; 1994). A proposta de substituição do termo “educação física” pelo de “educação motora” (SÉRGIO, 1986, p. 24) ou por “educação desportiva” (PIRES, 2005, p. 344) simbolizam, para nós, um corte epistémico e operacional: “porque não se educam físicos, educam-se pessoas através de instrumentos de educação, como entre vários é o caso do desporto” (*ibidem*). Poderíamos até falar de uma “desconstrução”, ao jeito de Jacques DERRIDA (2001), levada a cabo por Manuel SÉRGIO e Gustavo PIRES, visto que eles reinventam e não pretendem eliminar.

A “educação física” é a “pedagogia das condutas motrizes” e fundamentalmente “é uma prática de intervenção que exerce uma influência sobre as condutas motrizes dos participantes em função de normas educativas implícitas ou explícitas” (PARLEBAS, 1999, p. 119). Mais atrás este autor define que “a conduta motriz é o comportamento motor enquanto portador de significação” e que “não pode ser observada a não ser indirectamente”, manifestando-se por “um comportamento motor cujos dados observáveis são investidos de um sentido vivido de forma consciente ou inconsciente pela pessoa activa” (*ibidem*, p. 74). De referir o facto de PARLEBAS não mostrar um conhecimento evidente do contributo da fenomenologia e da hermenêutica a uma definição actual de motricidade. Quando se cita PARLEBAS, falando de “comportamento motor enquanto portador de significação”, não se deve omitir que, antes dele, já MERLEAU-PONTY (1945) tinha definido a “intencionalidade operante”.

É notório que o termo “educação física” corresponde hoje fundamentalmente a um conteúdo curricular que extravasa claramente o conceito restrito do “físico”. O factor físico é um dos aspectos da gestão do processo, junto de outros (técnico, tático, psicológico e sócio-cultural). Nenhum profissional de “educação física”, ou seja, de intervenção no sistema educativo através da disciplina de “Educação Física” eclética, inclusiva e multilateral, olha para a sua praxis como focada essencialmente na educação e treino do *físico*. Por outro lado, a instrumentalidade do Desporto nos seus diversos

aspectos tem uma natureza referenciadora essencial para os curricula da disciplina, pelo que tem algum sentido a crítica teórica à utilização de “educação física” no discurso da educação pelo desporto no sistema educativo, não só pelos investigadores no âmbito da epistemologia da Motricidade Humana como também pelos investigadores do Desporto. O que a expressão “educação física” não explicita é a complexidade do humano e, como tal, a expressão é declaradamente imperfeita. Não devemos esquecer que ela nasce à luz do dualismo Cartesiano para distinguir-se da educação puramente intelectual.

A palavra “desporto”, com origem latina, pode provir da expressão “de-portare” referente aos jogos fora das portas da cidade (CAGIGAL, 1966, p. 42), ou do francês antigo “déport” ou “desport”, que se conota com actividades “sem porte” e que MAGALHÃES (2003, p. 166) faz questão de esclarecer como “sem cobrança”, “gratuita por si mesma (lúdica)”. Este mesmo autor identifica a provável linhagem do “latim tardio ‘desportare, diportare’ com o significado mais comum (...) de divertimento, recreação, decerto modo oposto a ‘suportar’” (*ibidem*). ORTEGA Y GASSET (1987), após análise da distribuição dos fenómenos orgânicos, coloca o esforço das acções da vida plena em duas classes:

O esforço que fazemos pelo mero deleite de o fazer (...); e o esforço obrigado a que uma necessidade imposta e não inventada ou solicitada por nós próprios nos esgota e paralisa. E tal como este esforço obrigado, no qual satisfazemos estritamente uma necessidade, tem o seu exemplo máximo naquilo que o homem

costuma chamar trabalho, assim também aquela classe de esforços supérfluos encontra o seu exemplo mais claro no desporto.

Isto levar-nos-á a modificar a inveterada hierarquia e a considerar a actividade desportiva como primária e criadora, como a mais elevada, séria e importante da vida, e a actividade laboriosa como derivada daquela, como sua mera decantação e precipitado (...) (ORTEGA Y GASSET, 1987, p. 5).

São assim, a dimensão projecto e a motivante natureza intencional, que fazem o homem transcender-se na sua operacionalidade em contextos diversificados, como sejam o contexto do Desporto (sistema desportivo), o contexto da Educação Física e Desportiva (sistema educativo), ou ainda o contexto da agora denominada “Actividade Física” ou “Exercício” (sistema da recreação e lazer)² entre outros.

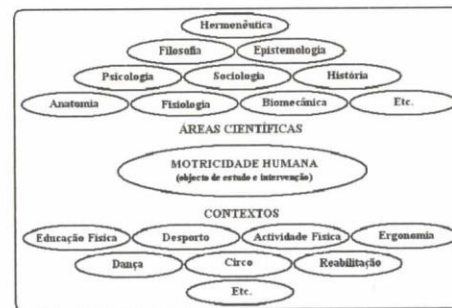


Fig. 1 - Matriz Referencial da Motricidade Humana (Baseado em FIGUEIREDO, 1994; 1995)

A transcendência biopsicossocial promovida pela gestão adequada das dimensões lúdica, institucional, motora e agonista, num espaço integrado do Homem holístico, caracteriza a pós-modernidade em

áreas de intervenção social com o Desporto, seja no sistema educativo seja no desportivo, em relação epistémica com outras áreas de intervenção sobre a motricidade humana (Educação Especial e Reabilitação, Medicina, Etc.). No Desporto pós-moderno olha-se para a tarefa motrícia como instrumento fundamental para gerir a natureza intencional do sujeito de prática na sua globalidade. Porque há virtualidade e actualidade no movimento, são intencionalmente geridos os estímulos nele implícitos, inclusivamente os sensitivos e cognitivos (penso e sinto enquanto me movo intencionalmente).

Assim sendo, em coerência de paradigma, damos primazia ao *movo-me, logo existo*³. Não é que o sistema motor, em relação ao sistema sensorial ou cognitivo, esteja primordialmente envolvido no que entendemos fundamento da existência. É apenas porque, nas nossas áreas, o objecto de estudo é fundamentalmente a Motricidade Humana e, através da acção, se intencionalmente assumida, cognição⁴ e sensorialidade⁵ estão certamente em evidência.

Assinale-se que não se trata de um absolutismo da qualidade ou da quantidade da “mobilidade” ou “motilidade”, ou ainda, da “operacionalidade actuante”, que ali importa realçar. Essencialmente importa elogiar a *intencionalidade operante* rumo à transcendência, ou seja, à *passagem do virtual ao actual*.

Por outro lado, não é o movimento isolado que fundamenta o Homem biopsicossocial. É na transcendência do virtual ao actual estimulada em *tarefas motrícias* intencionalmente geridas enquanto pro-

fessores ou treinadores que tocamos na Acção, Emoção e na Razão elogiadas por António DAMÁSIO (1995).

Operacionalmente, essas maneiras de pensar, sentir e agir evidenciam-se nas operações de co-implicação através das normas, valores e símbolos assumidos em comunidade, o que faz relevar o foco comunitário e institucional onde a gestão assume relevância notável.

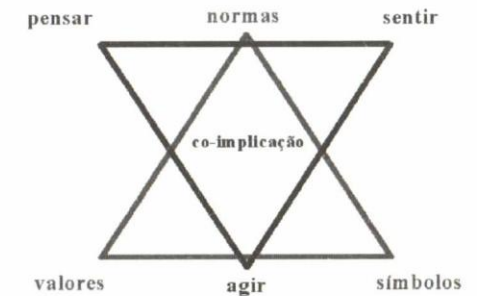


Fig. 2 - Integração Cultural

Movo-me, logo existo! Há aqui, na expressão que Manuel SÉRGIO diz com frequência há já 30 anos, uma clara mudança de paradigma a que a Educação Física e o Desporto não podem ficar indiferentes, se não fora por mais, pelas três razões que, de forma indicial, enunciámos:

- Assume a morte do paradigma cartesiano na Educação Física e no Desporto;
- Faz do movimento intencional visando a transcendência (a que Manuel SÉRGIO chama Motricidade Humana) um processo e não um facto;
- Assinala que há uma história corporal do conhecimento.

Assim sendo, o conceito de Motricidade Humana (intencionalidade operante) assume a sua função plena de “campo e natureza das condutas motrizes” de PARLEBAS (1999, p. 252), que, do nosso ponto de vista, deve ser assumido como campo e natureza das condutas motrícias⁶ e, assim, poderá ser definido como intencionalidade motrícia.

A Motricidade Humana é objecto de estudo nos domínios da biomotricidade, psicomotricidade e sóciomotricidade, sem perder a sua natureza integradora referenciável como biopsicosóciomotricidade. Os contextos diversos do seu estudo são essencialmente, com PARLEBAS (1999, p. 252) os do trabalho (ergomotricidade) ou os do lazer (ludomotricidade), de entre os quais, o contexto mais institucional, hodiernamente, é o desporto.

2.3. Do Código Industrial ao Código Emergente
A visão pós-moderna do Desporto, não é a visão normal. Na verdade, o desporto moderno é um fenómeno cultural resultante da Revolução Industrial (séc. XVIII-XIX), pelo que encerra o seu código oculto - estandardização, especialização, sincronização, concentração, maximização e centralização (TOFLER, 1984, pp. 49-64), como Gustavo PIRES nos introduziu à mais de uma década.

Inspirados nesse passado recente, poderemos antever um movimento equilibrador do código oculto da revolução industrial, uma espécie de código operacional para o desporto actual.

A estandardização passada dará maior evidência à *heterogeneidade* entre os indivíduos, preparando-os para a criatividade em ambientes de *totalização* (próximo da

globalização) e não de especialização, já que é “a superespecialização que se desvincula de uma visão do *todo*.” (SÉRGIO, 1989, p. 21). A concentração e centralização são mediadas pela *democracia* e *descentralização* de forma a evidenciarem e consolidarem a ideia de que, cada vez mais, o respeito por *todos* os indivíduos leva a enquadrá-los, a cada um, como particular (daí o local e o total substituírem a especialização). Assim, da sincronização esbatedora das diferenças de ritmos de desenvolvimento, o projecto desportivo leva em conta o *heterocronismo* diferenciador, pelo que a maximização cega de conteúdo individual e situacional transcende-se em *optimização*, ou seja, uma “maximização” que deixa de estar enquadrada no espírito anterior, para passar a ser uma operação ao serviço do desenvolvimento de todos os protagonistas ao seu respectivo nível, mudando o tom do resultado para o processo.

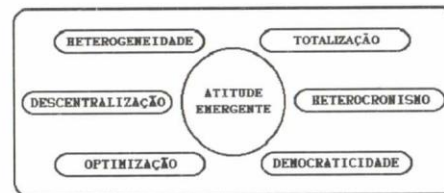


Fig. 3 - Código Operacional do Desporto Actual (adaptado de FIGUEIREDO, 1994, p. 290)

A crítica ao código oculto da civilização industrial, num desporto em mudança, identificado por PIRES (2005, pp. 61-70) na esteira de TOFLER (orig: 1980; 1984, pp. 49-64) indicia a natureza epis-

témica do Desporto e elogia a sua anti-neutralidade, ou seja: não é a existência de Desporto que faz “bem” ou “mal”, mas é sim o projecto intencional do seu desenvolvimento que assume relevância na operação de gestão.

Essa gestão pentadimensional integra relevância tecnológica no modelo de desenvolvimento organizacional proposto (PIRES, 2005, p. 27), assumido, quanto a nós, uma forma aberta em diferentes contextos como o do sistema educativo ou o do sistema desportivo. A utilização institucional diversificada do desporto é, ao contrário do passado que o proibia, evidente também na escola, com destaque para as aulas de “Educação Física” onde os desportos, tal como os jogos tradicionais, as danças e as actividades de exploração da natureza são vistas como actividades a gerir pedagogicamente em aulas curricularmente *eccléticas* e *inclusivas* e que, sendo actividades da motricidade humana culturalmente significativas e significadoras, são, por um lado, um *fim* em si mesmo e, por outro lado, tendo virtualidades desenvolvimentistas, são um *meio* para desenvolver o indivíduo, o grupo e mesmo a organização em motricidade. Este é o domínio da gestão micro do desporto no espaço de aula do sistema educativo, onde a predominância pedagógica dá um sentido ao *projecto de desenvolvimento* protagonizado na escola pelos professores de Educação Física.

As dimensões ou componentes evidenciadas por Gustavo PIRES são por nós aceites como essenciais na compreensão do fenómeno a gerir do ponto de vista micro, meso e macro.

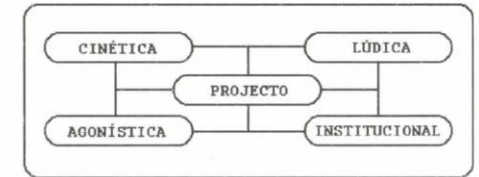


Fig. 4 - Dimensões do Conceito de Desporto (FIGUEIREDO, 1994, p. 287)

A primeira dimensão que queremos evidenciar é a cinética, ou seja a dimensão que caracteriza a acção motrícia observável e mensurável ao nível das metáforas de gestão que são mais do que capacidades “físicas” como a resistência, a força, a flexibilidade e a velocidade, por vezes vistas como nada mais para além de modelos de interpretação operacional das cinco características da célula muscular: excitabilidade, conductibilidade, extensibilidade, elasticidade e contractibilidade. Mas a sensorialidade cinestésica essencial do músculo e das articulações, em conjugação com a sensorialidade tátil alteram o estado físico noutras dimensões necessárias a gerir do ponto de vista técnico, tático, psicológico e mesmo social. Assim sendo, gerir a dimensão cinética com maior ou menor grau de libertação é gerir uma das dimensões do desporto, não se confundindo desporto exclusivamente com essa dinâmica cinética. A segunda dimensão que aqui evidenciamos é referencial à dinâmica agonística⁷ onde se gerem e observam diversos graus institucionais de hetero-emulação e auto-emulação, ou seja, “o desejo subjectivo de ultrapassar o outro ou de melhorar os seus próprios resultados”, normalmente confundidas com a competição (PARLE-

BAS, 1999, p. 73), e principalmente com a “competição-hostilidade em que o vencedor ganha, toma ou conquista alguma coisa do vencido” (ESTEVES, 1975, p. 6). É uma tendência centrífuga: emulação do outro(s). É a tendência para a hostilidade que leva alguns autores a um afastamento do conceito desporto, já que “o desporto, como o conhecemos nas suas formas habituais, é, quase sempre, uma competição-hostilidade, uma competição típica ou expressiva de agressividades e estruturas sociais” (*ibidem*), sem se notar que é o projecto de utilização do sentido da hetero-emulação que está em causa e não o desporto como fenómeno social total. O Desporto, como projecto específico, ao ser gerido na dimensão agonística, promove a divulgação da respectiva imagem das estruturas sociais em que se enraíza, oferecendo-nos um próprio meio de melhor compreensão da sociedade em que vive estruturalmente. Por isso mesmo, a acção motora e mesmo motriz, assume uma relevância qualitativamente diferente: é a relevância da acção motricia, onde motor (mais bio) e motriz (mais psico e social) estão lá, incluídos, mas superados.

A dimensão lúdica, conotada com divertimento e recreação, onde o prazer intrínseco ao jogo humano é evidenciado, um pouco na linha de PARLEBAS (1999, pp. 222-223), será uma dimensão que mede “as características de prazer espontâneo e de motivação jovial, desprovidas de finalidades utilitárias, habitualmente associadas ao jogo”. O jogo é explorado dimensionalmente por Gustavo PIRES (2005, p. 121) com as duas categorias verticais de Roger CAIL-

LOIS (1967), entre o *ludus* (disciplina) e *paidia* (instinto de jogar), e as quatro categorias horizontais: *agôn* (competição), *alea* (sorte), *mimicry* (simulacro) e *ilinx* (vertigem).

José Maria CAGIGAL associa de forma interessante as dimensões lúdica e agonista: O homo ludens é especialmente apto para criar cultura. O homo competitivus é uma forma fundamental de situar-se correctamente na vida. O ludens competitivus, quer dizer, o que hoje entendemos como desportista, é, por conseguinte, uma forma vital de postura correcta e fundamental e simultaneamente, de possibilidades criadoras poderosas (CAGIGAL, 1966, p. 79).

Quer a dimensão agonística quer a lúdica ou mesmo a cinética podem assumir um grau maior ou menor de institucionalização no projecto de desporto em causa. Instituir é marcar ou fixar o estabelecimento mais ou menos duradouro de normas, valores e símbolos através de uma organização com objectivos comuns aos seus participantes. Assume o papel de memória e projecção do pensar, sentir e agir colectivos. A institucionalização dos jogos no formato do código oculto da revolução industrial fez nascer alguns dos desportos actuais numa dinâmica profundamente europeia. Desporto é jogo institucionalizado. Por outro lado, a institucionalização da dimensão agonística tem assumido contornos parciais, tendenciosamente vinculadores ao duelo hetero-emulatório com hipervalorização do resultado: elogio de quem ganha. Poderemos mesmo dizer que a natureza institucional da competição no desporto é mais relevante que a componente institucional da dimensão lúdica. No entanto,

é necessário compreender o fenómeno da institucionalização desportiva sem a regulamentação explícita da competição hetero-emulatória. Estudámos como isso aconteceu nos Desportos *Budo*, onde se pretende valorizar mais o processo, centrado no executante e na forma como executa a acção, mais do que no resultado, o que significa que a institucionalização cinética, criando o “estilo institucionalizado”, foi motorização da horizontalidade da acção vertical e individual. Destas dimensões, abertas e com interfaces entre si, tem emergido também uma ideia fundadora da direcionalidade da organização desportiva: a ideia de projecto. PIRES (1988) evidencia que “a ideia de projecto é aquilo que de mais importante [...] deve dimanar do conceito quadridimensional e aberto de desporto” (p. 104). Isto comprova a visão de que não há um “desporto” fechado em determinados graus de liberdade das suas dimensões.

A realização do projecto desportivo olha-se, cada vez mais, como um processo holístico inter-factorial, multi-factorial, trans-factorial, assumindo-se no desenvolvimento organizacional uma reflexão epistemológica sobre si próprio, ao nível da Motricidade Humana como intencionalidade operante do indivíduo em grupo, numa organização numa dada sociedade.

A Motricidade Desportiva emerge, assim, como objecto de estudo do Desporto. Este é a contextualização da Motricidade Humana ao nível do projecto integral cine-ludo-agon-institucional, que indicia o indivíduo biopsicossocial em contextos individuais, de grupo ou de organização.



Fig. 5 - Motricidade Desportiva

Com base no movimento precursor iniciado por Manuel SÉRGIO (1981; 1986; 1987), resta agora assumir a pragmaticidade da epistemologia da Motricidade Humana: a hermenêutica surge, a nosso ver como pedagogia da construção de uma epistemologia pragmática da Motricidade Humana, focando-se não só na Motricidade Humana restrita, mas avançando matricialmente nos seus contextos e na própria natureza da sua cientificidade. É nesse movimento interpretativo que emerge a Motricidade Desportiva como objecto de estudo do Desporto, em gestão transdisciplinar. Isso é visível no pensamento de Gustavo PIRES (1988), base do conceito e modelo de *desenvolvimento organizacional* (2003; 2005).

O objecto de estudo passa a ser, em contexto desportivo, a motricidade desportiva, ou seja, a motricidade humana em contexto desportivo.

2.4. A Intencionalidade Comunitária na Institucionalização Desportiva

O olhar científico sobre a motricidade desportiva, quando mais focado na

dimensão institucional do projecto de estudo e desenvolvimento, mais evidencia a faceta social do homem em transcendência. A institucionalização desportiva é a manifestação da intencionalidade comunitária, sendo a raiz primordial do desenvolvimento organizacional. O projecto é a institucionalização da intencionalidade co-implicadora.

Quando estamos numa área de estudo como a Gestão, o social passa a ser o pano de fundo primordial, assumindo-se assim as ciências sociais como mediadoras imprescindíveis.

Para DRUCKER (1909-2005), recentemente perdido para a eternidade, a gestão deveria ser vista como uma função social, e a sua tarefa fundamental, a mesma:

Tornar as pessoas capazes de um desempenho conjunto, através de uma partilha de objectivos comuns, valores comuns, uma estrutura certa, e do desenvolvimento e treino de que necessitam para se adaptarem à mudança (DRUCKER, 2001, p. 4).

Pressupõe-se, assim, pelo objecto de estudo definido e pela área de estudo em questão, a *comunidade intencional no desporto* como fenómeno social de materialização institucional entre actores sociais.

Pressupõe-se também, desde logo, que o aspecto essencial dessa comunidade intencional seja a *prática de um desporto*, em coerência com o modelo de análise institucional que temos vindo a construir desde 1987 (FIGUEIREDO, 1987).

A referência à intencionalidade operante na definição de motricidade humana (SÉRGIO, 1987), no quadro institucional do desporto (PIRES, 1989, 2003, 2005), com evidência à dimensão institucional, caracteriza a consciência do *sentido* de

“estar implicado” (ORTIZ-OSÉS, 1995). Na verdade, embora aqui não exploremos em profundidade esta ideia, o hermenauta Andrés ORTIZ-OSÉS chama a atenção para a questão central das “interpretações do sentido” (ORTIZ-OSÉS, 1995), culminando no elogio do sentido relacional, ou relacionista, evidenciado nas categorias de co-implicação ou cumplicidade da sua mitologia pós-moderna (ORTIZ-OSÉS, 2001). A tomada de consciência do *sentido* da mitologia actual na nossa cultura, faz-nos perceber “a divinização do dinheiro como verdade abstracta (capitalismo)”, estando o “seu ritual mais característico [...] representado hoje pelo futebol, síntese do livre jogo individual e do poder trans-individual do dinheiro” (*ibidem*, p. 2).

As operações paradigmáticas “penso logo existo”, “sinto logo existo” e “movo-me logo existo”, obtêm, no nosso modelo (FIGUEIREDO, 1996), um quadro referencial institucional mais completo com o “estou implicado logo existo”. É hoje tempo de integração do pensar, sentir e agir do indivíduo co-implicado culturalmente.

Assim sendo, às origens e aos fundamentos do Desporto como contexto de estudo das ciências humanas, junta-se a eterna pergunta sobre o seu sentido. Mais do que o lado operacional na motricidade humana, que é o lado motor expresso em contexto desportivo propriamente dito, temos o seu sentido intencional que nos intriga fundamente. Trata-se de captar o sentido latente, o não expressado na acção motora, o não feito. Trata-se de olhar para o acto motor como conduta *motrícia* que integra o “motor” e o “não

motor”, estando o motor para a mobilidade como o motrício está para a motricidade – também nós nos juntamos a Eugenia TRIGO, na “criação do termo ‘MOTRÍCIO/A’ para adjectivar a motricidade” (1999, p. 104).

No entanto, é preciso não se confundir a categoria da intencionalidade inerente à interpretação da *conduta motrícia* como se fosse um pressuposto de que a motricidade depende exclusivamente da vontade do seu agente. Assumindo o postulado evidenciado por Gaston BOUTHOU de que a “qualquer ciência do homem [...] se reserva o direito de compreender os fenómenos melhor do que aqueles que os vivem”, numa atitude cientificamente vigilante portanto, devemos-nos interrogar constantemente “se uma realidade mais profunda não se esconde sob as aparências imediatas” (BOUTHOU, 1966, p. 15). É assim que o conceito de *acção motrícia*⁸, “numa perspectiva de acção-fenómeno, de acção-sistema” (PARLEBAS, 1999, p. 38), emerge como integrador do conceito de *conduta motrícia*, símbolo do ponto de vista do sujeito em acção.

Neste sentido, torna-se inteligível que a acção institucionalizadora, como reflexo de uma dimensão social em rede com a dimensão biológica e psicológica, características da integridade biopsicossocial humana, está implícita na “acção motrícia”, enquanto tendencialmente esquecida no conceito de “acção motora”. Note-se: não é o conceito em si próprio que assume a carga interpretativa; é a dinâmica epistémica da interpretação que deriva em conceitos próprios.

Como estudámos no caso das artes marciais (FIGUEIREDO, 2006), com evi-

dência para o Karaté, há mais do que um lado operacional, ou motor, na motricidade humana. Esse lado sócio-institucionalizador, ou mesmo sócio-desinstitucionalizador, dependendo da energia co-implicadora no fenómeno, é normalmente um lado pouco evidenciado na Motricidade, quando comparado com o lado mais biológico (físico, técnico ou tático) ou mais psicológico (afectivo-emocional). E esse desequilíbrio pode ser descaracterizador, como já aconteceu, acontece e, com probabilidade, acontecerá.

A acção motrícia tem, em si própria, uma dinâmica sócio-institucionalizadora que, no contexto desportivo, assume relevâncias diversas, pelo que a gestão do desporto não se deve descentrar dessa acção essencial. Enveredar por um mecanicismo organístico, artificialmente instrumentalizador do motrício em motor, é assumir uma descolagem entre a implicação que todos os intervenientes têm no desenvolvimento desportivo.

O objecto de estudo passa então a ser o *desenvolvimento institucional da motricidade humana num certo contexto* que, no caso, é o desporto. E a área científica própria para o seu estudo é a *Gestão do Desporto*, através de ciências sociais como a sociologia, a economia, etc., etc.

Mas claro se torna que o olhar científico descontextualizado, assume falta de cientificidade como verdadeiro obstáculo epistemológico impeditivo da dupla vigilância epistemológica requerida em ciência pós-moderna.

A gestão do desporto, seja como área de investigação centrípeta ou como área centrífuga de desenvolvimento, fundamenta-se na dinâmica do institucional

desportivo pela acção motrícia desportiva, compreendendo e explicando o bio-psico-sócio-axiológico da motricidade desportiva.

O papel institucional desportivo cabe essencialmente, por elogio próprio, às federações desportivas. São elas que assumem o espaço institucionalizador das acções motrícias dos seus protagonistas principais: praticantes ou competidores.

3. As Finalidades Estruturantes das Federações Desportivas

A abordagem sistémica e macroscópica ao fenómeno educativo e desportivo como sistemas abertos tem sido importante desde os anos 70. Metaforicamente tal modelação advém do bio mais visível, especificamente nas células e organismos particulares. No entanto, este modelo de sistema aberto não corresponde à visão complexa de *sistema sócio-cultural*, já que falamos de comunidades humanas determinadas por normas, valores e símbolos, para os quais se necessita de uma teoria dos sistemas culturais (BERTALANFFY, 1977, p. 51). Na falta desta, a teoria geral dos sistemas vai-nos auxiliando, e, de forma mais visível, as noções de abertura e complexidade são o primeiro elogio a reter no modelo mais simplificado de *sistema aberto* (ROSNAY, 1977, pp. 85-89), tornando-se por isso interessante a utilização dos *macroscópios* já que estamos no domínio dos *infinitamente complexos* (*ibidem*, p. 10), o que significa também, uma certa mudança de perspectiva.

Pensar no *Sistema Desportivo* como um todo aglomerador do fenómeno desportivo em Portugal, traduz a ideia de “interacção dinâmica” entre os “elementos”

do fenómeno desportivo, assim como traduz a ideia de “objectivo”, em coerência com a definição de Joel de ROSNAY há cerca de trinta anos (*ibidem* p. 85) ou do tipo de “finalidade” (teleologia), conforme sugestões de Ludwig BERTALANFFY (1977, pp. 111-114).

A intencionalidade institucional comunitária assume relevância matricial no quadro teórico da abordagem das organizações desportivas, sem perder de vista que existe um lado visível e expresso dessa intencionalidade, e existe um lado não visível e não expresso que, interpretativamente, deve ser sempre tido em conta na gestão do desporto. É com esse lado macroscópico da organização e com o lado microscópico do indivíduo que emerge o mesoscópio (FIGUEIREDO, 2006), enquanto instrumento de análise interpretativa das organizações em movimento constante.

O nossos contextos referenciadores de estudo têm sido no âmbito do sistema educativo e do sistema desportivo.

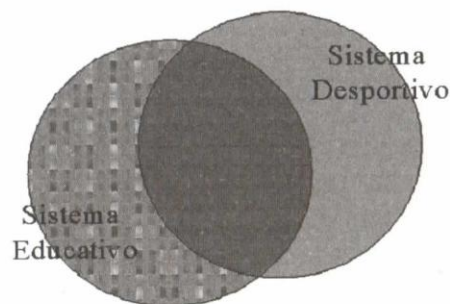


Fig. 6 - Interface entre Sistema Desportivo e Sistema Educativo. (in: FIGUEIREDO, 1994; 1995)

A referenciabilidade teórica ao sistema educativo e ao sistema desportivo vivem a par, também, de uma referenciabilidade prática assumida juridicamente com as Leis de Bases. As normas e os valores nos diferentes sistemas têm obviamente zonas comuns e zonas em que não são comuns. Por vezes algumas normas afastam os protagonistas de um sistema para outro, quase como em oposição, mas a tendência educativa e formativa do Desporto deverá sempre impor-se pela natureza humana que, cada vez mais culta, deixará as “migalhas” do biopsicosocial mais ego-cêntrico para um social mais transcêntrico; ou seja: atravessando os egos em comunidade global, usando as tecnologias sem inviabilizar a cultura de valores próprios como direito e dever à diferença na global comum. É esse o sentido que Sílvio LIMA evidenciava quando apelava ao bio-psico-sócio-axiológico. A construção axiológica urge ter o sentido do bem comum como direcção compatível do progresso individual, pois sem indivíduos não há comunidade. Curiosamente a Lei de Bases do Sistema Educativo não fez o salto evidenciado com a Lei de Bases do Sistema Desportivo ao passar a Lei de Bases do Desporto hoje em reflexão como Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto. Será isso um indicador das tais modificações com robustez teórica forte ou antes um indício de modificações de discurso sem procura de modelos integra-

dores? Será a tendência para a mudança pela mudança, como um agir intencionalmente centrípeto mas não focado teoricamente (pelo menos de forma justificada) no discurso modelador do comum? Esta pergunta, que não pretende ter aqui uma resposta, serve apenas para exemplificar o tipo de preocupações que podem imperar nos quadros normativos, por vezes evidenciadores de uma mudança com base na “Tábua Rasa” (PIRES, 2005, p. 44).

No fenómeno desportivo em geral é possível identificar, como o fizemos antes (FIGUEIREDO, 1999; 2000), organizações heterogéneas, por vezes com finalidades completamente divergentes, e por isso mesmo, em certa competitividade entre missões divergentes, por exemplo, na mesma modalidade e mesmo clube, dificultando a sua gestão sem assumir a dimensão mesoscópica. Um elogio central é feito nas finalidades



Fig. 7 - Finalidades Institucionais a Elogiar (FIGUEIREDO, 1999)

institucionais de uma federação: a formação de praticantes e competidores. É através do seu desenvolvimento que a modalidade se desenvolve em si própria. Nela assentam todas as expressões fundamentais do desporto no seu quadro normativo em Portugal e no mundo.

Note-se como se explicita claramente a diferenciação de “praticante” da de “competidor”, ao contrário do uso corrente “atleta”. Essa diferenciação é importante, ao contrário de uma certa tendência unidireccional do elitismo competitivo institucionalizado que se pretende referenciar erradamente às federações. Por outro lado, elogia-se também o corte com a visão instrumental das federações assente numa concepção de sistema desportivo comandado pelo Estado e de federações comandadas por um Estado único, quase unipessoal. Isso não impede de notar uma influência das decisões macro, seja a nível nacional, seja a nível internacional, directa ou mesmo indirectamente nas decisões micro no fenómeno desportivo. No entanto, são as decisões intermédias as que influenciam pró-activamente a direcção do fenómeno desportivo em particular, já que nelas conseguem chegar como agente desportivo local.



Fig. 8 - Níveis Organizacionais das Instituições

Abel CORREIA (2000), na esteira das suas preocupações com o movimento federado em Portugal (CORREIA, 1993), avançou claramente com o estudo

específico desse pensamento estratégico no ciclo de tutela olímpica, evidenciando como os apoios da tutela nacional “incentivam a prevalência do oligopólio no sector federado já que os apoios assimétricos permitem a certas federações continuarem a dominar a situação” (CORREIA, 2000, p. 161), sendo notório o pensamento estratégico focado na alta competição em “comunhão de interesses com o principal fornecedor dos recursos: o Estado” (*ibidem*, p. 165). Trata-se, portanto, de um estudo sobre a intencionalidade das comunidades institucionais em causa, as federações, numa relação de nível organizacional macro e micro muito próprias. Quanto a nós “cabe fundamentalmente às Federações desportivas o papel central de pensamento estratégico sobre o desporto em Portugal, já que são essas instituições que conseguem atravessar vertical e horizontalmente o desporto através de cada uma das modalidades desportivas. Estas são a face estruturante e visível do desporto em abstracto. As modalidades são, através dos agentes desportivos, o produto a gerir.” (FIGUEIREDO, 1999).

4. Conclusão

Este artigo procurou situar as bases programáticas para os exercícios de auto-consciência conceptual interpretativa da gestão do desporto, como num pensamento, sentimento e movimento “entre dois”: entre uma dimensão calculativa e uma dimensão meditativa – inspirados no percurso de GIRTON (1986, p. 82), na esteira de Heidegger, para a analogia entre o pensamento e o movimento. Para interpretar esse sentido intencional,

utilizámos alguns pressupostos de uma hermenêutica da motricidade humana, com Manuel SÉRGIO, em contexto desportivo concreto, com Gustavo PIRES. Obviamente que o “movo-me logo existo” elogiados por SÉRGIO (1987) integram o sentir e o pensar humano (FIGUEIREDO, 1996). Mover-se intencionalmente reflecte o presente aqui e agora, numa ligação do passado-presente percebido, construído no sentir real e emocional, com o presente-futuro pensado no projecto vida. Agir intencionalmente é agir centrifugamente com pensar, e centripetamente com sentir, pelo que o presente dinâmico (mudança), característica da existência, é influenciável pela participação activa de cada sujeito, de cada comunidade, e a gestão desses fluxos de energia podem fazer direccionar o fluxo energético final para caminhos mais rentáveis, ao ritmo particular de um momento no conjunto. No entanto, o pano de fundo colectivo dado pelo “estou implicado, logo existo”, inspirado em ORTIZ-OSÉS, assumiu relevância teórica imprescindível para o elogio da dimensão social no fenómeno desportivo e, assim, na gestão do desporto como instrumento de interpretação e, ao mesmo tempo, de acção sobre o desporto. A definição da motricidade como objecto de estudo e desenvolvimento, o elogio da acção motrícia para lá do motor expressado, foram o caminho encontrado para demonstrar a integração da dimensão institucional do conceito de desporto em Gustavo PIRES, apresentando, assim, a comunidade desportiva intencional como objecto de investigação e desenvolvimento da Gestão do Desporto.

Ainda em coerência com o modelo mesoscópico de análise transversal (FIGUEIREDO, 2006), termina-se o artigo a elogiar as federações desportivas como os espaços intermédios da institucionalização do desporto, entre os clubes e o quadro internacional olímpico.

5. Bibliografia

- BERTALANFFY, Ludwig (1977), *Teoria Geral dos Sistemas*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 3ª ed. (tradução do original de 1968).
- BOUTHOU, Gaston (1966), O Fenómeno Guerra, "Ideias e Formas", Lisboa, Estúdios Cor.
- BRAUNSTEIN, Florence; PÉPIN, Jean-François (1999), *La Place du Corps dans la Culture Occidentale*, "Pratiques Corporelles", Paris, PUF.
- CAGIGAL, Jose María (1966), *Deporte, Pedagogia y Humanismo*, Madrid, Comité Olímpico Español.
- CAILLOIS, Roger (orig : 1967, 1977), *Les Jeux et les Hommes – Le Masque et le Vertige*, Paris, Gallimard.
- CORREIA, Abel (1993), "Estado e Praticante Desportivo - Análise Normativa da Intervenção do Estado", *Ludens - Ciências do Desporto*, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Vol. 13 - nº 1, pp. 24-36.
- CORREIA, Abel (2000), *Estratégia das Federações Desportivas – Estudo das Principais Federações Portuguesas no Ciclo Olímpico de 1993 a 1996*, Lisboa, CEFD.
- DAMÁSIO, António (1995), *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa, Europa-América.
- DERRIDA, Jacques (2001), *Papier Machine*, Paris, Galilée.
- DRUCKER, Peter (2001), *The Essential Drucker – Selections from the Management Work of Peter Drucker*, New York, HarperBusiness.
- DURKHEIM, Émile (orig: 1895; 2001), *As Regras do Método Sociológico*, Porto, Rés-Editora.
- ESTEVEZ, José (1975), *O Desporto e as Estruturas Sociais*, Prelo, Lisboa, 3ª Ed.
- FIGUEIREDO, Abel (1994), *Reflexões para um Enquadramento Actual da Educação Física e Desporto*, Comunicação apresentada numa Acção de Formação sobre Desportos de Combate nas aulas de Educação Física promovida pela ESE a 20 de Maio de 1994.
- FIGUEIREDO, Abel (1995), *A Formação de Treinadores em Portugal*, Comunicação apresentada no IV Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua

Portuguesa coincidente com o V Congresso da Sociedade Portuguesa de Educação Física decorrente em Coimbra, Março.

- FIGUEIREDO, Abel (1996), "Movo-me, Logo Existo!", *Millenium – Revista do Instituto Politécnico de Viseu*, Viseu, nº 2, Abril, pp. 58-64. Tendo sido elaborado como comunicação no 1º Simpósio de Desporto que se realizou em 11 de Novembro de 1995 na Escola Superior de Educação de Viseu, este trabalho foi publicado em Abril de 1996 na revista *Millenium*.
- FIGUEIREDO, Abel (2006), *A Institucionalização do Karaté – Os Modelos Organizacionais do Karaté em Portugal*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- GURVITCH, Georges (orig: 1968; 1979), *A Vocação Actual da Sociologia*, Lisboa, Edições Cosmos, Vol. I.
- MAGALHÃES, Vasco Pinto (2003), "O Desporto e o Espírito; O Espírito do Desporto", in: *O Desporto para Além do Óbvio*, Lisboa, IDP, pp. 161-169.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1945), *Phénoménologie de la Perception*, Paris, Gallimard.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés (1995), *Visiones del Mundo – Interpretaciones del Sentido*. Bilbao. Universidad de Deusto.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés (2001), *Mitologias Culturales*, in: SOLARES, Blanca (ed.), *Los Lenguajes del Símbolo*, Barcelona, Anthropos.
- ORTIZ-OSÉS, Andrés (s.d.), *Entrevista co Andrés Ortíz Osés – Por Blanca Solares*, Mexico, UNAM, <<http://sirio.deusto.es/aortiz/entrevista.html>> [Consulta 2005-01-15].
- ORTEGA y GASSET (1987), *A Origem Desportiva do Estado*, Lisboa, Direcção Geral dos Desportos.
- PARLEBAS, Pierre (1999), *Jeux, Sports et Sociétés – Lexique de Praxéologie Motrice*, Paris, INSEP.
- PIRES, Gustavo (1988), "Para um Projecto Multidimensional do Conceito de Desporto", *Horizonte*, Lisboa, Livros Horizonte, Vol.V, nº 27, Setembro-Outubro, pp. 101-104.
- PIRES, Gustavo (2003), *Gestão do Desporto –*

- Desenvolvimento Organizacional*, Porto, APOGESD.
- PIRES, Gustavo (2005), *Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional – Da Educação Desportiva à Alta Competição*, Porto, APOGESD.
- RICOEUR, Paul (orig: 1977; 1988), *O Discurso da Acção*, Lisboa, Ed. 70.
- ROSNAY, Joel (1977), *O Macroscópio para uma Visão Global*, Lisboa, Arcádia (tradução do original de 1975).
- SÉRGIO, Manuel (1986), *Motricidade Humana – Uma Nova Ciência do Homem*, "Desporto e Sociedade, nº 24", Lisboa, Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.
- SÉRGIO, Manuel (1987), *Para uma Epistemologia da Motricidade Humana*, "Educação Física e Desporto", Lisboa, Compendium.
- SÉRGIO, Manuel (1989), *Motricidade Humana – Uma Nova Ciência do Homem*, C. Quebrada, ISEF-UTL.
- SÉRGIO, Manuel (2004), *Tanta Coisa Verdadeira*, Coimbra, Ariadne Editora.
- TOFLER, Alvin (orig : 1980 ; 1984), *A Terceira Vaga*, Lisboa, Livros do Brasil.
- TRIGO, Eugénia (1999), *Creatividad y Motricidad*, Barcelona, INDE Publicaciones.
- TSUSHIA, Mitsuro (1976), *Nippon Kenpo – Kenkiryu*, Lisboa, Livraria Popular.
- WESTERBEEK, Hans; SMITH, Aron (2003), *Sport Business in the Global Marketplace*, New York, Palgrave Macmillan.
- WESTERBEEK, Hans; SMITH, Aron (2005), *Business Leadership and the Lessons from Sport*, New York, Palgrave Macmillan.

Notas

- ¹ Instituição Social, in: *Infopédia* [Em linha], Porto, Porto Editora, 2003-2005 [Consulta 2005-04-05]. Disponível na [www](http://www.infopedia.pt/E1.jsp?id=104258): <<http://www.infopedia.pt/E1.jsp?id=104258>>.
- ² Desde o mais institucional com as academias e ginásios até ao menos institucional como os espaços naturais e artificiais colocados à disponibilidade das populações, com uma preocupação incidente sobre a saúde, condição física e bem-estar.
- ³ Citando Manuel SÉRGIO, "Movo-me, logo existo: há assim uma ínsita garantia de que a motricidade sugere aspectos essenciais da existência e é, com toda a certeza, a sua expressão mais imediata." (SÉRGIO, 1987, p. 15).
- ⁴ Pensamento também. Integrando a cognição em complexas elaborações mentais, num mundo interno e subjectivamente virtual.
- ⁵ Sentimento também. Integrando a sensorialidade com as emoções, ou seja com o seu sentido subjectivo quer centrífuga, quer centripetamente.
- ⁶ Pierre PARLEBAS no seu "lexique de praxéologie motrice", publicado sucessivamente desde 1981 e mais recentemente com o novo título (*Jeux, Sports et Sociétés*), distingue o termo "moteur" de "motrice". Este último, dado o aspecto relevante atribuído à intencionalidade e ao sentido atribuído pelo sujeito actuante em motricidade, deverá aqui, e em coerência com Eugénia TRIGO na esteira de Manuel SÉRGIO, ser traduzido por *motricidade*, apesar dos dicionários apontarem para "motriz", do latim e francês *motrice*. Motricidade está para a motricidade como motor ou motriz estão para a mobilidade. Do nosso ponto de vista, dever-se-á evoluir para uma especificidade de léxico com base na hipótese de que o motor tem a ver com o mais facilmente observável sendo claramente referenciável ao bio (biofisiológico, biomecânico e bioinformacional) enquanto que a componente motriz poderá ter a ver com o referenciável ao psico e ao sócio. Assim, o pano integrador da motricidade terá, hipoteticamente, a adjectivação predominante de motricidade: inclui motor e motriz, a um só tempo, superando-os do observável e compreensível ao interpretável – o lado escondido; o outro lado.
- ⁷ Como refere Gustavo PIRES, "Agôn em grego antigo significava competição. Contudo, a palavra era polissémica já que podia assumir vários sentidos. Entre outros, combate, luta, batalha, prova, concurso, jogo, e ainda assembleia, para além do processo judiciário" (2005, p. 344, nota 25).
- ⁸ "Acção" com Paul RICOEUR (orig: 1977, 1988) e o seu *Discurso da Acção*. "Motricidade" com Manuel SÉRGIO explicitado em Eugénia TRIGO (1999).